

PLANO DE TRABALHO

DISCIPLINA	DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS								
DOCENTE	JULIANA LÍVIA ANTUNES DA ROCHA								
CÓDIGO	GRDDIRATCE6216	SEMESTRE	2022.1	PERÍODO	-	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Corpo e subjetividades. Evolução dos direitos sexuais e reprodutivos. Direitos sexuais e reprodutivos na contemporaneidade.								
OBJETIVOS	A partir de uma perspectiva transdisciplinar, o curso objetiva, inicialmente, apresentar um panorama dos direitos sexuais reprodutivos na contemporaneidade, por meio de estudos teóricos e análise de casos práticos de forma a trazer alguns elementos centrais que permeiam a discussão sobre o tema.								
METODOLOGIA	Partindo da metodologia participativa, as aulas demandarão leituras prévias dos textos, bem como a realização de pesquisa no campo das ciências sociais aplicadas e ciências da saúde.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do curso.								
2	Corpo e subjetividades.								
3	Perspectiva histórica dos direitos reprodutivos.								
4	Compreensão dos direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva dos direitos fundamentais.								
5	Direitos sexuais e reprodutivos na contemporaneidade.								
6	Direitos sexuais e reprodutivos na contemporaneidade.								
7	Direitos sexuais e reprodutivos: acesso à informação e aos serviços de saúde.								
8	Direitos sexuais e reprodutivos e mídia.								
9	Direitos sexuais e reprodutivos e democracia.								
10	Apresentação de trabalho individual.								
11	Estudo de casos.								
12	Estudo de casos.								

13	Encontro com representante da CFEMEA -Centro Feminista de Estudos e Assessoria.
14	Apresentação dos trabalhos em grupo
15	Apresentação dos trabalhos em grupo e conclusão do curso.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	A avaliação consistirá na realização de dois trabalhos: o primeiro individual e o segundo em grupo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>As leituras serão disponibilizadas na plataforma E-Class.</p> <p>BORIS, George Daniel Janja e CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza. Vol. VIII, nº 2, set/2007, p. 451-478.</p> <p>SILVA, Juliana Guimarães et al. Direitos Sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência? Saúde e Sociedade. São Paulo. 2019 v.28, nº 2. p. 187-200.</p> <p>Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher PNDS 2006. Dimensões do Processo Reprodutivo e da Saúde da Criança Série G. Estatística e Informação em Saúde. Ministério da Saúde, 2009. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>As leituras serão disponibilizadas na plataforma E-Class.</p> <p>DINIZ, Simone G et al. Equity and women’s health services for contraception, abortion and childbirth in Brazil. Reproductive Health matters. 2012; 20(40): 94-101.</p> <p>Fundação Perseu Abramo. <i>Relatório da Pesquisa A mulher brasileira nos Espaços Público e Privado</i>. 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf</p> <p>MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. Revista Internacional de Direitos Humanos. São Paulo. Ano 5, número 8, jun/2008, p.61-83.</p> <p>GOMES, Romeu et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 23(6):1997-2005, 2018.</p> <p>ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho, et al. Violência Obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. Psicologia e Sociedade, 29: e155043. 2017.</p>